



Crianças e jovens: as principais vítimas

Trabalho na agricultura e em cultivo ilícito, exploração sexual e violência doméstica afetam de forma dramática crianças e adolescentes das áreas rurais

Por Jorge Atílio Iulianelli, coordenador do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos da KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

A violência sofrida pelas crianças e adolescentes nas áreas rurais do Brasil é a mesma que nas áreas urbanas. Não temos uma violência social e criminal rural e outra urbana, mas, sim, expressões rurais e urbanas da violência.

De forma geral, a questão da violência contra crianças e adolescentes no campo é subdimensionada. Não há estudos que façam uma análise serial do desenvolvimento da situação social das crianças e adolescentes nas áreas rurais em relação às questões do trabalho infanto-juvenil; das questões de violência de gênero (incluindo o tema da exploração sexual); nem do envolvimento de crianças e adolescentes em trabalhos perigosos (quer seja em cultivos lícitos, como sisal, cana ou uva – pela intensidade do uso de agrotóxico –, quer seja em cultivos ilícitos ou outras atividades ilícitas em zonas rurais).

A produção de dados sobre infância e adolescência no Brasil se concentra principalmente sobre as áreas urbanas. Efetivamente, o maior contingente de crianças e adolescentes vive nessas áreas. Porém, quer devido ao crescente papel econômi-

O desenho, segundo a autora, Miller, de 10 anos, quer dizer não à palmada, uma das violências de que as crianças rurais são vítimas. A ilustração é proveniente do Concurso de Desenho Infantil do LACRI

co do agronegócio, quer pela insustentável situação agrária e fundiária do país, há a necessidade de um olhar dirigido à população infanto-juvenil das áreas rurais.

No ano 2000, a população entre 0 e 19 anos nas zonas rurais era de 14.689.869 (Censo IBGE 2000) num total nacional de 68.205.937. Metade dela, 7.271.536 indivíduos, concentrava-se na região Nordeste (para a qual o total de habitantes entre 0 e 19 anos era de 21.314.433). Nessa região, 3.750.540 eram meninos e rapazes e 3.520.996 meninas e moças entre 0 e 19 anos. Segundo o UNICEF, 27,5% das crianças que vivem em absoluta pobreza estão nas zonas rurais.

Essas crianças e jovens estão submetidos a trabalho na agricultura familiar; exploração sexual, violência doméstica e trabalho em cultivo ilícito. Como efeito dessas atividades ocorrem também homicídios nessa faixa etária. E em vários casos os autores de homicídios são também jovens adolescentes.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra, em 2004, ocorreu o maior número de conflitos no campo dos últimos 20 anos (1.801), envolvendo 3% da população rural. Os homicídios de camponeses em conflitos sociais agrários aumentaram 46% em relação ao ano de 2003. Entre 1990 e 1996, foram assassinadas dez crianças e adolescentes no campo.

Os jovens sindicalistas, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em 2003, desenharam o seguinte cenário da juventude rural: desemprego muito alto, doenças epidêmicas (Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids), analfabetismo crônico, proliferação das drogas, crescente mortalidade da juventude e ampliação da violência contra a mulher.

As crianças sem-terra, os sem-terrinha, do Rio Grande do Sul, também apresentaram em 2004 várias reivindicações na área da educação no campo como infra-estrutura adequada nas escolas, educadores habilitados e conhecedores da realidade rural, criação e ampliação de bibliotecas e condições para que a escola itinerante dos acampamentos possa ter funcionamento regular de qualidade. As crianças e adolescentes são sujeitos de direito. Sendo assim, a violência contra elas são violações de direitos. E é assim que precisam ser entendidas.

Violações de direitos

Uma situação estrutural geradora do ciclo de violência que precisa ser notada é a da deficiência no atendimento aos direitos básicos (saúde, educação e moradia) de crianças e jovens nas zonas rurais. A defasagem educacional e o analfabetismo nas áreas rurais, por exemplo, são muito preocupantes (*Tabelas 1 e 2*).

Há um déficit social no atendimento à educação nas zonas rurais muito mais acentuado que nos centros urbanos. No caso dos assentamentos do Movimento Sem Terra (MST), 31,5% dos assentamentos não têm escolas próximas. Um dos principais problemas é o da falta de transporte para deslocar mais de 160 mil crianças e adolescentes de 150 mil assentamentos e acampamentos.

Além disso, as condições de atendimento à saúde e à moradia nas zonas rurais afetam principalmente mulheres, crianças e adolescentes. Em geral, a segurança nutricional e a situação de saúde referente ao cuidado com o abastecimento de água potável e o saneamento são mais precários nas zonas rurais que nas urbanas, com efeitos incidentais para a saúde materno-infantil e para a mortalidade infantil. Ainda hoje a mortalidade infantil tem maior incidência nas zonas rurais do que nas urbanas. A precarieda-

Tabela 1		
Taxa de Distorção Idade-Série	Área Rural	Área Urbana
1ª a 4ª série	48,9%	23,5%
5ª a 8ª série	64,3%	43%
Ensino médio	65,1%	50,9%

Fonte: MEC/INEP Censo escolar 2002.

Tabela 2		
	Área Rural	Área Urbana
Crianças que não freqüentam a escola	10,6%	4%
Adolescentes que não freqüentam a escola	22,8%	14,6%
Crianças analfabetas	24,6%	8,8%
Adolescentes analfabetos	10,1%	2,7%

Fonte: Relatório da Situação da Infância e Adolescência Brasileira 2001.

de nas condições habitacionais e no acesso ao sistema de saúde traz efeitos nocivos para a qualidade de vida de crianças e adolescentes.

Violência invisível

Segundo a Fundação Perseu Abramo, a cada 15 segundos uma mulher é espancada (2,1 milhões de mulheres espancadas por ano) no Brasil. Essa é uma situação que aflige também as famílias rurais. (Cf. *Relatório Nacional Brasileiro sobre a Situação da Mulher*, 2002). Há, no entanto, um registro pequeno dessa modalidade de violência nas zonas rurais em decorrência do machismo e do patriarcalismo comuns a essas regiões. Além disso, praticamente inexitem Delegacias de Mulheres nas áreas rurais. Os maus-tratos contra as crianças nas zonas rurais também não têm sido registrados com incidência significativa pelos Conselhos Tutelares e pelos Conselhos Municipais das Crianças e Adolescentes.

Em Petrolina, no estado de Pernambuco, há registro de exploração sexual de crianças e adolescentes associado ao plantio de *Cannabis sativa*. Nos bregas e ximbas (prostíbulos) nos interiores do Sudeste e do Nordeste, há adolescentes entre 12 e 17 anos. A exploração sexual infanto-juvenil nas zonas rurais está associada às vias de trânsito de mercadorias. Os entroncamentos se constituem áreas de prostituição para atendimento a caminhoneiros.

Trabalho infantil

O Brasil já reduziu o número de 7 milhões de crianças que trabalhavam em atividades agrícolas em 1994 para 2.985.000 em 2002 (Cf. PNAD, IBGE). Segundo o IBGE, a população ocupada de 5 a 14 anos de idade estava mais concentrada em pequenos empreendimentos familiares, especialmente no setor agrícola, desenvolvendo trabalhos sem contrapartida de remuneração. Em 2002, a atividade agrícola detinha 59,7% das crianças ocupadas de 5 a 14 anos de idade.

No grupo etário de 5 a 9 anos, o percentual foi de 75,6% e no de 10 a 14 anos ficou em 57,3%. A pesquisa mostra que de 1992 a 2002, na faixa dos 5 aos 14 anos de

idade, a participação de meninos no trabalho caiu de 16,2% para 8,7% e de 8% para 4,3%, entre as meninas.

Acidentes e condições insalubres são comuns nas indústrias açucareiras (trabalho da safra) em Pernambuco; frutíferas, em São Paulo; em produção de carvão, em Minas Gerais, no Mato Grosso do Sul e no Pará; em plantações de sisal, na Bahia e na Paraíba; em plantações de algodão, no Paraná; em reflorestamento, em Minas Gerais, na Bahia e no Espírito Santo, onde crianças e adolescentes são usados em muitos casos para aplicar produtos químicos tóxicos.

Essa situação se agrava em diversas regiões. Por exemplo, na Bahia, na região do Mulungu, 89% de crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos trabalham em serviços rurais. As regiões Nordeste e Sul são as que mais ocupam crianças e adolescentes em atividades agrícolas (58,5% e 53,3% respectivamente).

Uma situação estrutural geradora do ciclo de violência que precisa ser notada é a da deficiência no atendimento aos direitos básicos de crianças e jovens nas zonas rurais

A Bahia lidera o ranking nacional no número de pessoas entre 5 e 17 anos que trabalham na zona rural (são 342 mil), segundo dados da Pesquisa Suplementar sobre o trabalho infantil incluídos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 (IBGE em parceria com a OIT).

Entre os estados brasileiros que mais empregam mão-de-obra infanto-juvenil, a Bahia está na segunda posição depois de São Paulo, acumulando 11% do total de trabalhadores mirins do Brasil (3,7 milhões). Ou seja, a cada 100 crianças e adolescentes baianos, 16 ainda estão no batente e têm como destino a provável exclusão social. Mesmo assustador, o número não contrasta com as médias do Nordeste (16,6%) e nacional (12,7%).

A predominância de trabalhadores infanto-juvenis na Bahia é de agricultores e domésticos. Do universo baiano de 617 mil crianças e adolescentes trabalhadores, 60% estão no meio rural (342.352) e 61 mil (11%) realizam atividades nos lares, principalmente nas zonas urbanas. O pior é que, desse mesmo total, 100 mil crianças estão fora da escola, 363 mil não recebem remuneração e são consideradas escravas de acordo com a OIT. Estas podem ser encontradas nas variadas atividades produtivas e em todas as regiões da Bahia.

Crianças e adolescentes trabalham, em geral, em fazendas distantes dos grandes centros e em algumas usinas ou empresas afastadas. Eles executam trabalhos extremamente pesados, como cortar cana-de-açúcar ou bambu. As jornadas são em geral de 10 a 12 horas diárias e o salário é baixo. Normalmente, eles pagam caro pelas mercadorias de que pre-

cisam para seu sustento e contraem dívidas com seus patrões, que aumentam a cada dia e que obviamente não podem ser quitadas com sua baixa renda. Os fazendeiros, por sua vez, não lhes permitem abandonar o local de trabalho a menos que saldem previamente suas dívidas e há, inclusive, quem contrate pistoleiros para impedir que isso aconteça.

Os pistoleiros usam da força para cumprir o que lhes é ordenado, não sendo raros os assassinatos. Tudo isso faz com que a situação das crianças e adolescentes se transforme numa relação de escravidão e de semi-escravidão, pois, devido ao círculo vicioso de baixos salários e dívidas crescentes, eles ficam, na prática, hipotecados à fazenda pela vida toda. Além disso, é comum eles manejarem instrumentos e máquinas perigosas, sem nenhum tipo de proteção, sendo freqüentes acidentes graves de trabalho que, em geral, não são denunciados às autoridades por medo de represália da parte dos patrões.

Não há dados substantivos sobre a participação de crianças e adolescentes em cultivo de substâncias qualificadas como ilícitas no Brasil. Sabe-se que adolescentes indígenas plantam coca-epadu no Norte, na região amazônica. No Norte e no Nordeste, principalmente, há registros nos noticiários de envolvimento de crianças e adolescentes no plantio de *Cannabis sativa*. No caso do Submédio São Francisco, região chamada de Polígono da Maconha, o Ministério Público do Trabalho (5ª região) estimava, em 2003, o envolvimento de 10 mil crianças e jovens nesse cultivo.

As pesquisas desenvolvidas pela KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, uma organização que atua na região do Submédio São Francisco há dez anos,¹ oferecem um retrato da situação dos jovens envolvidos com plantio de drogas ilícitas. É no conjunto das relações da pequena agricultura familiar que se inscreve o plantio de *Cannabis*, ao menos no Submédio São Francisco. Na agricultura familiar, a participação de crianças e jovens na atividade produtiva é um elemento constante. No plantio de *Cannabis*, em geral, as crianças e jovens vão com os pais para o cultivo e a colheita. Na maioria dos casos, são meninos, maiores de 8 anos. Não há registros de meninas.²

Há, porém, um outro ingrediente que se associa a essa dimensão tradicional do trabalho. Trata-se da compulsão ao consumo. Os jovens, em geral, se integram à atividade de plantio para obter dinheiro para comprar tênis e roupa “de marca”, poder sair com mulheres e ter recursos para comprar uma moto. Essas ambições são, também, frutos da exposição aos meios de comunicação e uma situação semelhante à dos jovens nas áreas urbanas.

Segundo as informações colhidas com os próprios jovens, são amigos, parentes ou “conhecidos” que os arregimentam. Os jovens ingressam nesse tipo de atividade com

¹ Em 1999, a KOINONIA fez uma entrevista estruturada com mais de 1.500 jovens, participantes da 1ª Olimpíada da Juventude Rural do Submédio São Francisco; no mesmo ano fez entrevistas abertas com camponeses e autoridades públicas na região, ao todo mais de 30 informantes privilegiados; no ano de 2000 entrevistou, em grupos focais, jovens camponeses, e, por meio de entrevistas abertas, outras autoridades públicas, informantes privilegiados, ao todo, mais de 50 indivíduos. No ano de 2001, os jovens do Departamento de Jovens do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco desenvolveram uma gincana, que atingiu mais de 3 mil pessoas, em sete municípios do Submédio São Francisco, com o tema “Luta pela Paz”. No mais, a KOINONIA mantém levantamento constante do material da grande imprensa, das pesquisas dos órgãos públicos e dos organismos multilaterais.

² Essas informações foram obtidas com o grupo focal em 2001.

os pais ou familiares, tios ou primos mais velhos, por exemplo. No caso da inexistência de coação, a atividade é maior no período da colheita e prensagem – em alguns casos ela é realizada na própria área de plantio. Isso não quer dizer que não existam jovens cumprindo com a atividade de segurança, e, por conseguinte, armados. Porém, há uma clara distinção entre os jovens que estão na atividade de plantio e os que estão na área de segurança, sobretudo pelo uso de armas.

Os contratantes são “agentes invisíveis”. Os gerentes arregimentam localmente os trabalhadores, lhes pagam, mas aqueles que são os provedores dos recursos são desconhecidos. Não foi observado até o momento, no entanto, castigo ou punição para aqueles que simplesmente deixam de participar daquela atividade laboral do plantio, colheita e prensagem de *Cannabis*. Entretanto, há também contratação, por meio de constrangimento e recurso da violência física, apenas não há registro que este seja o principal caso.

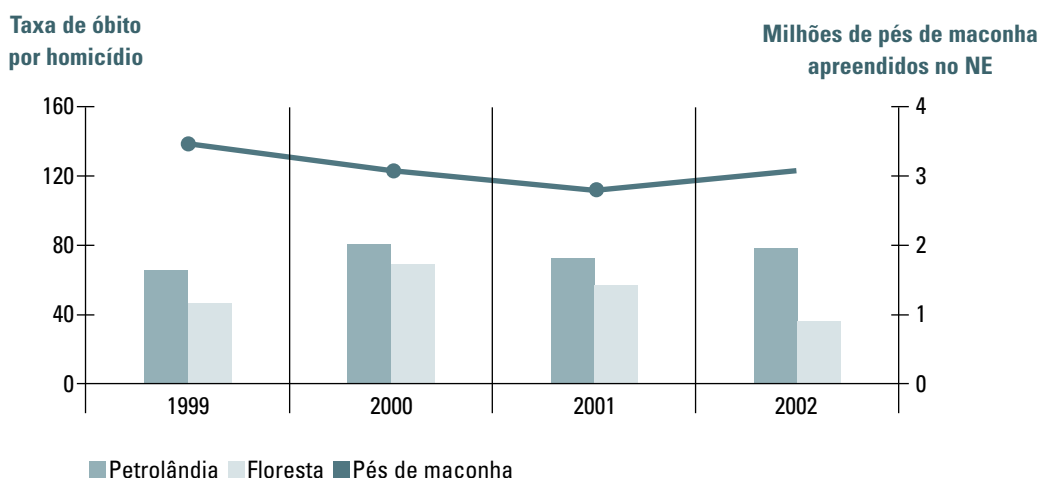
Homicídio de crianças e adolescentes nas zonas rurais

Em 2003, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, foram assassinados quatro adolescentes entre 15 e 19 anos e outros dois jovens entre 20 e 24 anos em conflitos sociais agrários. Três adolescentes sofreram tentativas de homicídio e quatro crianças e jovens foram ameaçados de morte, dentre os quais uma criança de 5 anos de idade.

Entre 1980 e 1995, foram mortas 1.384 pessoas entre 15 e 24 anos, no Submédio São Francisco, localizado entre os estados da Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. A maior parte dessas mortes esteve ligada, de alguma forma, aos processos de cultivo e repressão policial ao cultivo de maconha. Em cidades da região, como Petrolândia e Floresta, conforme cai a quantidade de pés de *Cannabis* erradicados pela Polícia Federal há também uma redução da taxa de morte por homicídio.

Pesquisadores do tema segurança pública estão cientes da relação entre repressão e aumento/diminuição de taxas de morte nos cenários urbanos, fruto, sobretudo, de con-

Relação entre Taxas de Óbitos por Homicídio e Operações da Polícia Federal



frontos entre os agentes e as populações. No caso das zonas rurais, esse é um dado novo. A queda da taxa de mortes por homicídio e a redução da repressão ao plantio – identificada pela queda da apreensão dos pés de maconha – não é coincidente com a queda ou o aumento de confrontos. As apreensões de pés de maconha não implicam confronto direto entre agentes policiais e populações.

Uma hipótese relevante, porém não comprovada, é que a diminuição da repressão permite a realização da atividade laboral e ocupa o aparato de segurança com a defesa da área de plantio de *Cannabis*. O aumento da repressão conduz ou induz à luta territorial para manutenção da quantidade de produto e a outras atividades criminosas para desfazer possíveis perdas econômicas dos agentes. De todo modo o fato é que há redução de mortes quando a operação do plantio sofre menos ação repressiva da polícia.

A tensão no campo é necessariamente uma ameaça à vida de crianças e adolescentes na medida em que eles são parte da família camponesa que luta pelo direito à terra e ao trabalho digno.

Principais agentes da violência contra crianças e adolescentes

O Estado é o principal agente em relação à violação dos direitos básicos das crianças e adolescentes camponeses. Observamos em relação às causas estruturais e aos efeitos da repressão ao plantio de cultivos qualificados como ilícitos que os agentes do Estado e suas instituições nas suas diferentes instâncias, atuam, por excesso de uso da força ou omissão administrativa, como promotores de violação de direitos.

Há uma diversidade de agentes criminosos que operam, com a participação e conivência de agentes dos aparelhos de repressão do Estado em atividades de violência sexual, laboral e homicídios contra as crianças e adolescentes das zonas rurais.

Em relação a atividades ilícitas, como exploração sexual de crianças e adolescentes e plantios qualificados como ilícitos, são diversos os agentes. No caso de exploração sexual de crianças e adolescentes no campo, os agentes são os pais e os (as) proprietários (as) de prostíbulos. Trata-se de um caso de trabalho infantil que deve ser, como todos os demais, proibido em nome da defesa e promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes; há que se fazer campanhas, sobretudo entre os caminhoneiros, concentrando esforços para erradicar essas práticas sexuais pedófilas.

No caso de participação no cultivo de *Cannabis*, os gerentes das áreas de plantio são em geral homens jovens (adolescentes entre 19 e 24 anos) ou adultos. Muitas vezes, como no caso da agricultura familiar, são os pais quem introduzem os filhos na atividade.

Famílias camponesas e empresas agrícolas da agroindústria de fruticultura, cana, sisal, uva e tabaco são responsáveis pela violência laboral – o emprego de crianças em atividades agrícolas é de responsabilidade dos pais e de empresários agrícolas. No caso da viticultura, se diz que “as mãozinhas são menos agressivas para as uvas”. Nos sisaleiros e na cultura da cana, muitas crianças e adolescentes têm seus membros superiores deformados devido às atividades do corte e da operação das máquinas. Apesar de avanços importantes, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), ainda há muito a ser feito.

No caso da *Cannabis*, a disputa territorial entre famílias que passaram a operar o seu plantio na região do Submédio São Francisco é um risco à vida dos lavradores e

das crianças e adolescentes que atuam nessa atividade. Centenas de homicídios de crianças e adolescentes estão direta ou indiretamente relacionados ao seu plantio e à repressão contra ele naquela área. Muitos desses homicídios tiveram como seus autores jovens entre 15 e 34 anos. Os agentes de segurança das áreas de plantio são jovens que andam armados e se tornam ameaça constante para os habitantes da região. No caso dos homicídios em conflitos sociais agrários, os principais agentes são os latifundiários, empresários do agronegócio e os agentes da repressão do Estado.

Ações de superação da violência no campo

Nas três áreas indicadas: sexual, trabalho e homicídios, há poucas iniciativas de superação desse modelo de violência no campo no Brasil. Em relação aos homicídios, decorrentes de conflitos sociais agrários (luta pela terra) ou de conflitos gerados pelo controle de cultivos qualificados como ilícitos não há também ações sistemáticas de superação da violência. O tema que tem recebido maior atenção de organismos governamentais e não-governamentais é o trabalho infantil, que tem obtido algum sucesso. Em relação à exploração sexual de crianças e adolescentes também há poucas iniciativas governamentais ou não-governamentais.

O Segundo Tempo, por exemplo, é um projeto governamental desenvolvido pelo Ministério dos Desportos. Por meio de ações desportivas, visa favorecer uma maior ocupação do tempo social dos jovens, na região do Submédio São Francisco, no ambiente escolar. O desenvolvimento do projeto, entretanto, sofre a carência de profissionais da área de educação física. Além disso, não possui visibilidade social na região. Apesar disso, é uma iniciativa louvável de valorização do ambiente escolar e do tempo social de jovens camponeses.

Já a KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço, uma organização ecumênica de serviço, atua na região do Submédio São Francisco há dez anos, sendo que nos últimos oito anos com ênfase da formação da juventude rural. Sua ação se dá em assessoria e colaboração com o Departamento de Jovens do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco. A ênfase da metodologia é a união de processos facilitadores da afirmação da identidade juvenil camponesa com ações lúdico-pedagógicas.

Atualmente as ações se dirigem aos jovens de 20 cidades da Bahia, Pernambuco e Alagoas, incluindo tanto cidades da área de atuação do Pólo Sindical quanto da Cooperativa de Pequenos Produtores de Bancos de Sementes (COPPABACS), de Alagoas. O foco das ações destina-se mais aos adolescentes camponeses, que são os mais visados para o plantio qualificado como ilícito. O principal objetivo é reforçar a identidade juvenil camponesa e favorecer o fortalecimento de processos de socialização solidários. Estimula-se a participação dos adolescentes em organizações juvenis existentes ou construídas por eles.

Os monitoramentos e avaliações internos da organização levam a crer na eficácia das ações socioeducativas em relação ao estímulo a jovens que nunca estiveram envolvidos com o plantio qualificado como ilícito. Alguns jovens ex-plantadores também não reingressam no plantio.

Há um conjunto de outras organizações, que também atuam em relação a esse tema, como o Projeto Educar (Companheiros das Américas) e Catavento (na Paraíba), com

ações preventivas voltadas para o sistema público de ensino, envolvendo diretamente educadoras e educadores.

Recomendações

A construção de um diagnóstico qualitativo das violações de direitos e de seus efeitos para a vida das famílias, crianças e adolescentes camponeses no Brasil é urgente para o enfrentamento da violência nas áreas rurais.

Educação em direitos humanos para os agentes do sistema de repressão do Estado (polícia e Judiciário) e efetivação da campanha do desarmamento nas regiões de maior intensidade de morte por homicídio também são medidas importantes a serem adotadas, assim como a melhoria no atendimento aos direitos básicos dessa população como um todo.

Em busca de alternativas

Uma série de atores sociais locais e regionais, entre os quais o Pólo Sindical do Submédio São Francisco e a Igreja Católica, sobretudo com as Pastorais de Juventude e Pastoral dos Reassentados,* uma ação das dioceses de Floresta e Afogados da Ingazeira (PE) e Paulo Afonso e Juazeiro (BA), tem desenvolvido atividades sociopedagógicas no intuito de construir projetos de desenvolvimento rural sustentável para a região.

Tanto o Pólo quanto as pastorais procuram promover três elementos de sociabilidade infanto-juvenil. Primeiramente, a afirmação da identidade rural de crianças e jovens. As atividades desenvolvidas por esses atores procuram desenvolver a auto-estima camponesa, por meio de ações lúdico-pedagógicas

e socioeducativas. Também buscam afirmar a possibilidade da participação juvenil na construção do desenvolvimento sustentável da região, sobretudo com um princípio metodológico conhecido por protagonismo juvenil. Esse princípio se afirma como a atuação juvenil no ato de planejar, realizar, avaliar e se apropriar dos resultados das atividades construídas. Por fim, procuram construir alternativas concretas de geração de emprego e renda para jovens agricultores daquela região do semi-árido brasileiro.

* Neste caso, a referência diz respeito às atividades sociopedagógicas, de caráter religioso, desenvolvidas pela Diocese de Floresta, sendo que a Pastoral dos Reassentados é interdiocesana e ocupa as dioceses de Juazeiro, Floresta e Petrolina.